

DESIGUALDADE DE GÊNERO NO TÊNIS DE MESA BRASILEIRO DE ALTO RENDIMENTO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Gustavo Kenzo Yokota

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo/ Brasil

gustavoyokota@usp.br

Athyla Naoki Donon

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo/ Brasil

athylanaoki@usp.br

Vanessa Kaori Maeda

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo/ Brasil

vanessa.k.maeda@gmail.com

Marco Antonio Bettine de Almeida

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo/ Brasil

marcobettine@usp.br

Envio original: 21-05-2021. Revisões Requeridas: 21-06-2021 Aceitar: 20-07-2021. Publicado: 31-12-2021.

Resumo

Esta pesquisa teve o objetivo de avaliar a percepção dos e das atletas a respeito da desigualdade de gênero no tênis de mesa brasileiro de alto rendimento. Para o seu desenvolvimento, questionários fechados foram aplicados a uma amostra de 38 atletas selecionados com base no Rating Nacional de 2020, categoria de pontuação elevada da CBTM (Confederação Brasileira de Tênis de Mesa). Em todas as temáticas analisadas, desde as oportunidades profissionais até as impressões durante competições e treinamentos, constatou-se que as mulheres estão em desvantagem, lidando com mais empecilhos do que os homens. O fato de o gênero ser um marcador social capaz de prejudicar carreiras esportivas no tênis de mesa traz à tona a necessidade de novas pesquisas que explorem caminhos semelhantes, sobretudo em outras modalidades de alto rendimento ainda pouco estudadas na literatura consultada.

Palavras-chave: Desigualdade; Gênero; Tênis de mesa; Esporte.

DESIGUALDAD DE GÉNERO: UN IMPERATIVO EN EL TENIS DE MESA BRASILEÑO DE ALTO RENDIMIENTO

Resumen

Esta investigación tuvo como objetivo evaluar la percepción de los deportistas sobre la desigualdad de género en el tenis de mesa brasileño de alto rendimiento. Para su desarrollo, se aplicaron cuestionarios cerrados a una muestra de 38 atletas seleccionados con base en el Rating Nacional de 2020, categoría de alta puntuación de CBTM (Confederación Brasileña de Tenis de Mesa). En todos los temas analizados, desde oportunidades profesionales hasta impresiones durante las competiciones y entrenamientos, se encontró que las mujeres están en desventaja, lidiando con más obstáculos que los hombres. El hecho de que el género sea un marcador social capaz de perjudicar las carreras deportivas en el tenis de mesa saca

a la luz la necesidad de nuevos estudios que exploren caminos similares, especialmente en otras modalidades de alto rendimiento que aún son poco estudiadas en la literatura consultada.

Palabras clave: Desigualdad; Género; Tenis de mesa; Deporte

GENDER INEQUALITY: AN IMPERATIVE IN HIGH PERFORMANCE BRAZILIAN TABLE TENNIS

Abstract

This research aimed to evaluate the perception of athletes about gender inequality in high performance Brazilian table tennis. For its development, closed questionnaires were applied to a sample of 38 athletes selected based on the National Rating of 2020, category of high score of CBTM (Brazilian Confederation of Table Tennis). In all the themes analyzed, from professional opportunities to impressions during competitions and training, it was found that women are in disadvantage, dealing with more obstacles than men. The fact that gender is a social marker capable of jeopardizing sporting careers in table tennis brings to light the need for new studies that explore similar paths, especially in high performance modalities that are still little studied in the consulted literature.

Keywords: Inequality; Gender; Table tennis; Sport.

Introdução

O fenômeno sociocultural do esporte transcende a atmosfera das atividades lúdicas e eventos competitivos. Muitas vezes os indivíduos presentes nesse universo reproduzem valores e preconceitos vigentes na contemporaneidade, portanto, sua análise possibilita identificar as relações sociais assimétricas que se constroem em todas as esferas da vida em sociedade.

Após a Segunda Guerra Mundial, o esporte rompeu com seu formato moderno para adotar uma configuração mercantilizada de uso político ou comercial (Marques; Gutierrez; Almeida, 2008). Apesar da transformação, diversos conflitos segregadores foram resguardados, dentre eles, o de gênero, pois homens e mulheres encontram-se em uma instituição de estrutura, valores e regras que normatizam performances de masculinidades e feminilidades (Capitanio, 2010). Em outras palavras, ideias ultrapassadas que remetem ao determinismo biológico continuaram legitimando e invalidando a prática esportiva entre homens e mulheres, respectivamente.

Sendo assim, ao direcionar o foco para o esporte de alto rendimento, é possível afirmar que este se estabeleceu como generificador, pois preceitos desiguais influenciam os salários oferecidos, a quantidade de patrocinadores, a premiação de competições, as oportunidades de intercâmbios internacionais, o tratamento de entidades regulamentadoras, bem como as experiências individuais de cada atleta.

De modo geral, a origem desses conflitos segregadores remete à criação dos Jogos Olímpicos no formato que hoje conhecemos, encabeçado por Pierre de Coubertin em 1896. Reviveram-se as crenças de que o esporte era restrito à “virilidade” dos homens, excluindo as mulheres e sua suposta “fragilidade”

(Ribeiro, et al. 2013), afinal, a sociedade europeia acreditava que desgastes físicos seriam contrários à “natureza feminina”, cuja capacidade se via reduzida aos trabalhos domésticos e cuidados maternos (DI Pierro, 2007). No Brasil, os princípios eram os mesmos, pois, durante a primeira metade século XX, imperou uma lógica higienista entre médicos e governantes que motivou a criação do Decreto-Lei nº 3.199, o qual proibia as mulheres de praticarem esportes tidos como “incompatíveis” (Goellner, 2004).

Enfim, a partir dos anos 70, o cenário começou a sofrer transformações e o número de brasileiras disputando os Jogos Olímpicos passou a crescer significativamente (Goellner, 2004). Não foi um caso isolado, mas, sim, um processo de conscientização e integração mundial impulsionado pelo feminismo. Este movimento, contestador das estruturas vigentes de poder sexista, encabeçou diversas conquistas obtidas pelas mulheres ao longo de sua trajetória no esporte. Segundo Goellner (2013), os estudos voltados ao tema desconstroem a ideia de que as pessoas absorvem masculinidades e feminilidades devido à distinta biologia dos corpos, pois permitem identificar que as gestualidades, as representações de saúde, beleza e desempenho são construções históricas, isto é, sempre mutantes e provisórias.

Apesar dos progressos, em pleno século XXI, a igualdade de gênero continua sendo uma meta distante para o esporte, tanto no contexto do alto rendimento, quanto da recreação/lazer. Transcendendo qualquer pesquisa qualitativa, sobrepõe-se o imaginário coletivo a respeito das mulheres inseridas no esporte, visto que a manutenção da “natureza feminina” ainda é um requisito para que elas sejam socialmente aceitas em várias modalidades.

Uma abordagem sociológica que fornece ferramentas para o entendimento do cenário atual é a do francês Pierre Bourdieu e sua Teoria dos Campos. Ele detectou mecanismos de dominação e reprodução de valores em diferentes esferas da sociedade, inclusive no chamado campo esportivo, onde indivíduos estão em constante confronto pela legitimidade de sua participação, reconhecimento, poder econômico e político guiados por critérios culturalmente estabelecidos (Marques; Gutierrez, 2014). Cabe pontuar que, o campo esportivo, assim como os demais existentes, possui história, características e regras próprias determinadas pelo habitus, estrutura estruturante que norteia a ação dos indivíduos (Marques; Gutierrez; Almeida, 2012).

De acordo com Bourdieu (2007), a ordem social ratifica a dominação masculina, fazendo das mulheres meras figurantes dos homens, estes sim grandes protagonistas dos jogos de poder e da esfera pública. Portanto, aos gêneros são empregados diferentes papéis sociais, incorporados por todos de maneira inconsciente no campo esportivo. Como resultado, a percepção e a apreciação das estruturas históricas de dominação masculina são naturalizadas e aceitas pela sociedade, ao passo que vias se abrem para uma violência simbólica, ou seja, camuflada (Bourdieu, 2007). Certas concepções estão enraizadas de tal modo no pensamento hegemônico, que muitos homens compactuam com a dominação masculina sem perceber.

Recorrendo ao pensador francês, entendemos que a violência simbólica também é exercida com a cumplicidade tácita dos que a sofrem (Bourdieu, 2007). Afinal, toda educação das mulheres é voltada para uma posição exterior e subordinada, que as exclui dos jogos de poder e cria inseguranças das quais os homens, em tese, não compactuam. Eles se safam de obstáculos sociais e psicológicos justamente pela naturalidade com que são aceitos em determinados contextos, reforçando seus papéis dominantes nos ambientes esportivos, palcos de representação da masculinidade.

A fim de melhor compreender as relações de gênero em uma modalidade específica, este trabalho optou por investigar as percepções dos e das atletas de destaque nacional no subcampo do tênis de mesa, espaço que segue as normas do campo esportivo, mas possui particularidades dentro dele. As perguntas que esperávamos responder foram, no tênis de mesa brasileiro de alto rendimento:

- 1- Homens e mulheres possuem a mesma dificuldade para alavancar suas carreiras esportivas?
- 2- As oportunidades profissionais são influenciadas pelo gênero?
- 3- O pensamento hegemônico encontra-se naturalizado entre os (as) atletas?

Sem respostas na literatura para mensurar o quanto evidente é a desigualdade de gênero no tênis de mesa brasileiro, o presente trabalho espera prestar contribuições às pesquisas relacionadas ao tema, e às pesquisas que explorem a desigualdade de gênero no esporte em geral. Este trabalho divide-se em quatro partes. A primeira contextualiza historicamente a trajetória das mulheres na modalidade. A segunda parte, por sua vez, destinou-se à metodologia, enquanto a terceira apresenta os resultados e traça hipóteses acerca das carreiras esportivas sob a ótica do gênero. Por fim, construímos a narrativa sobre a desigualdade de gênero no tênis de mesa e problematizações para a Educação Física e Esporte enquanto área acadêmica.

As mulheres do tênis de mesa brasileiro

O tênis de mesa chegou ao Brasil em 1905, graças a turistas ingleses que estavam de passagem por São Paulo. Sabe-se que, desde 1912, competições já eram disputadas, com destaque para o Vitória Ideal Clube (Cbtm, 2020). Entretanto, a regulamentação da modalidade só aconteceria em 1942, após paulistas e cariocas se unirem para reivindicar a aprovação de regras oficiais pela CBD (Kurdoglian, 1979). Esse importante passo culminou na estreia do país no Campeonato Sul-Americano, em 1947, cuja delegação foi formada por nove homens, sendo dois dirigentes e sete atletas. Até esse período, as mulheres não aparecem em nenhum dos registros históricos, embora provavelmente já praticassem a modalidade.

Consta no Guia Prático da CBTM (Confederação Brasileira de Tênis de Mesa), que a primeira atleta a vencer um título nacional foi Dinah Bôscoli, do Rio de Janeiro, em 1948. A partir de então, inicia-se a trajetória do tênis de mesa feminino, marcada por inúmeros episódios de descaso. Longe de ser prioridade dos dirigentes e treinadores, as mulheres foram alijadas de treze edições do Campeonato Mundial disputadas pelos homens: 1949 (Suécia), 1950 (Hungria), 1951 (Áustria), 1953 (Romênia), 1954 (Inglaterra), 1955 (Noruega), 1957 (Suécia), 1959 (Alemanha), 1961 (China), 1971 (Japão), 1983 (Japão), 2004 (Qatar) e 2005 (China). Somente em 1963, após catorze anos de ausência, elas representaram o Brasil pela primeira vez na categoria de equipes. A histórica delegação viajou à Tchecoslováquia com Nackma Cruz, Bartira Costa, Emiko Takakatsu e Edith D'avila (Marinovic; Iizuka; Nagaoka, 2006).

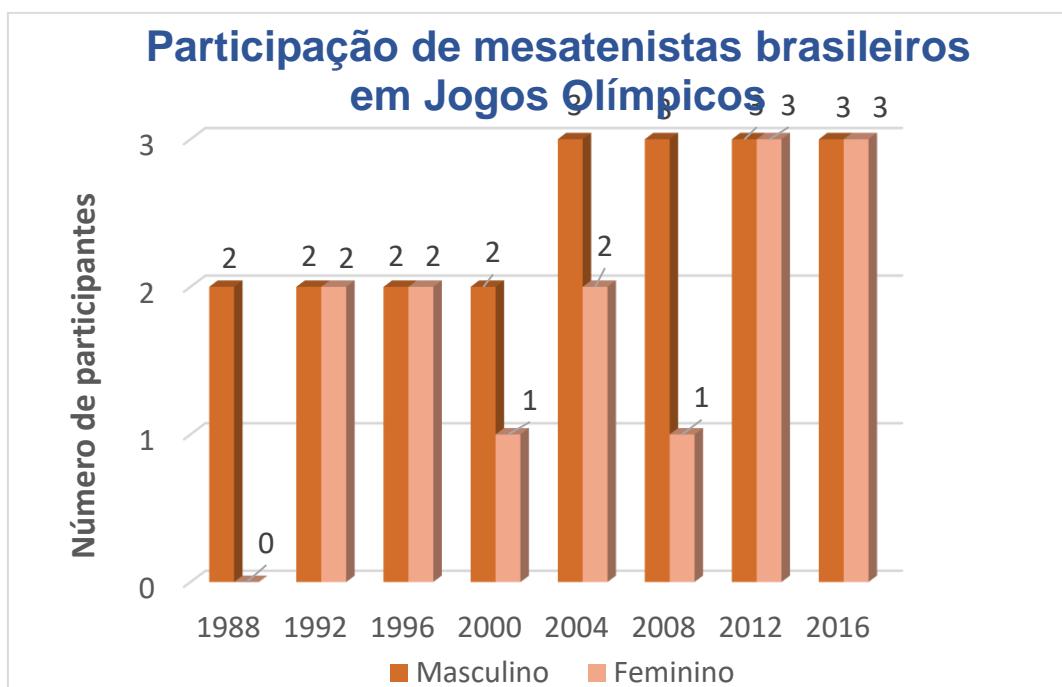
Já no tradicional Campeonato Latino-Americano, enquanto homens disputaram praticamente todas as edições da competição desde 1980, as mulheres também foram alijadas. Outra vez, com catorze anos de atraso, elas só participaram em 1994, quando Monica Doti, Valesca Maranhão, Lyanne Kosaka e Lívia Kosaka formaram a equipe feminina (Marinovic; Iizuka; Nagaoka, 2006).

No que se refere às oportunidades de intercâmbios internacionais, o imperativo manteve-se o mesmo. A primeira brasileira a disputar uma liga profissional no exterior foi Lígia Silva, em 2003. Ela conseguiu o feito quase duas décadas depois de Cláudio Kano, estreante brasileiro em 1985 (Nascimento, 1998).

Diante desses acontecimentos, não foi preciso nenhuma lei federal para excluir as mulheres do protagonismo no tênis de mesa. A falta de financiamentos exerceu impactos semelhantes em diversas gerações da seleção brasileira, o que seguramente prejudicou o rendimento das atletas. Sendo assim, no subcampo do tênis de mesa, os homens disputaram um maior número de competições e, de acordo com a teoria bourdieusiana da dominação masculina, conservaram a distribuição de capital simbólico entre si.

No tênis de mesa dos Jogos Olímpicos, a participação de mulheres brasileiras começou em 1992, com a classificação de Monica Doti e Lyanne Kosaka para Barcelona (Marinovic; Iizuka; Nagaoka, 2006). Desde então, novas atletas marcaram presença em todas as edições posteriores da competição. Cabe ressaltar que, ao longo dos anos, o número de participantes representando o Brasil sofreu variações de acordo com o gênero.

Figura 1- Participação de mesatenistas brasileiros em Jogos Olímpicos



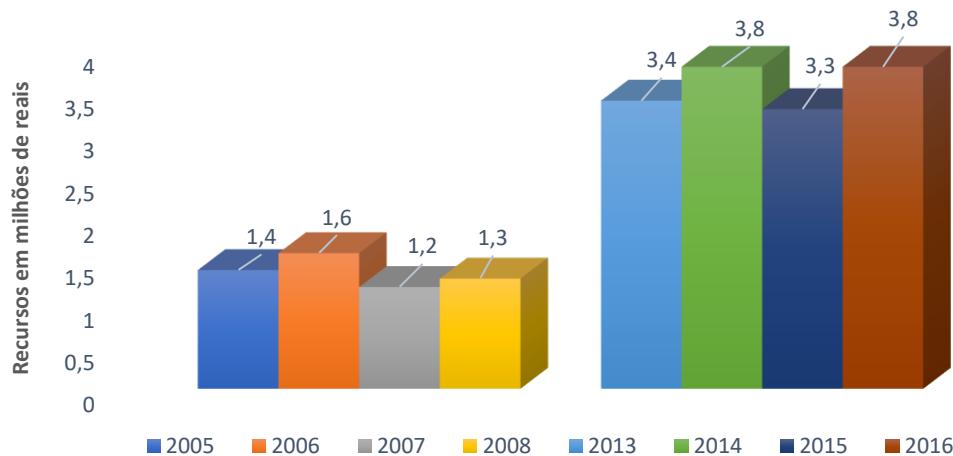
Fonte: Livro “ATLETAS OLÍMPICOS BRASILEIROS”. Elaboração dos autores (2021)

Mesmo com todos os obstáculos abordados nas linhas anteriores, a atual geração do tênis de mesa feminino vem conseguindo resultados excelentes. Até o fim do século passado, as mulheres brasileiras somavam três medalhas de bronze nos Jogos Pan-Americanos, conquistadas em 1983, 1991 e 1999 (Cbtm, 2019). Em um curto período, o número cresceu consideravelmente: foram duas medalhas de bronze e uma medalha de prata na edição de 2015, e três medalhas de bronze e uma medalha de prata na edição de 2019. Embora ainda não tenham conquistado nenhuma medalha de ouro, a última edição dos Jogos Pan-Americanos marcou um feito memorável para as mulheres brasileiras. Pela primeira vez, na melhor campanha da história, elas terminaram a categoria de equipes na frente dos homens (Cbtm, 2020).

Um fator que certamente influenciou os recentes resultados obtidos pelas mulheres brasileiras no tênis de mesa foi o incremento da Lei Agnelo Piva (Lei 10.264/2001), responsável por regulamentar o repasse de verbas das loterias federais ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB). A tabela abaixo, que faz um comparativo do ciclo olímpico de 2008 (período em que as mulheres brasileiras não conquistaram medalhas em Jogos Pan-Americanos e não conseguiram preencher todas as vagas disponíveis nos Jogos Olímpicos) com o ciclo olímpico de 2016 (período em que as mulheres brasileiras dobraram o número de medalhas em Jogos Pan-Americanos e classificaram o número máximo de atletas permitidas nos Jogos Olímpicos), evidencia que o acréscimo de investimentos trouxe resultados positivos.

Figura 2- Recursos destinados ao tênis de mesa pelo COB durante os ciclos olímpicos de 2008 e 2016 (Lei Agnelo-Piva)

**Recursos destinados ao tênis de mesa pelo COB durante os ciclos olímpicos de 2008 e 2016
(Lei Agnelo-Piva)**



Fonte: Portal de Transparéncia e “Tabela 1” do artigo “COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO E O FINANCIAMENTO DAS CONFEDERAÇÕES BRASILEIRAS”. Elaboração dos autores (2021).

A partir de 2010, ano posterior à eleição que deu ao Brasil o direito de sediar os Jogos Olímpicos, os investimentos em atletas, confederações e clubes foram impulsionados. No ciclo olímpico de 2016, com um acréscimo de aproximadamente 163% em comparação ao ciclo olímpico de 2008, a verba destinada à CBTM chegou a 14,5 milhões de reais.

Vale ressaltar que, embora o presente momento seja de expectativas positivas quanto ao futuro do tênis de mesa feminino no Brasil, o otimismo não deve mascarar os problemas que ainda constituem a essência da modalidade. Uma herança de todos os preconceitos atribuídos à mulher está no número de atletas filiados (as) à CBTM (Confederação Brasileira de Tênis de Mesa). De acordo com o relatório anual de 2018 disponibilizado pela entidade, homens representam 80,7%, enquanto as mulheres são apenas 19,3%. Além disso, as mulheres também estão sub-representadas nos cargos de treinadores licenciados, pois são apenas 10% do total, o que corrobora com a prevalência do gênero como instrumento de classificação e hierarquização (Castro; Garcia; Pereira, 2020). Trata-se de um reflexo do passado da modalidade, no qual, durante muito tempo, o gênero feminino enfrentou empecilhos para adentrar ao campo esportivo, enquanto o gênero masculino dispensou justificação, impondo-se neutro e sem a necessidade de legitimações. A pergunta que cabe antes de prosseguirmos é: será que algo mudou nesse sentido?

Método da pesquisa

Buscando responder às perguntas que movem este trabalho, a partir das percepções dos (as) atletas, tivemos como objetivo investigar de forma qualitativa, observacional e analítica a desigualdade de gênero no alto rendimento do tênis de mesa brasileiro. Para isso, a amostra utilizada foi o “Rating A Nacional” de 2020, categoria com pontuação elevada que abrange os mesatenistas mais destacados do país. No total, foram 40 atletas participantes (20 primeiros da categoria masculina e 20 primeiras da categoria feminina). Todos os nomes selecionados encontram-se na plataforma da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa (CBTM).

Foram aplicados questionários de autoria própria, sem distinções para os gêneros, a fim de compreender as percepções individuais dos (as) atletas e as diferenças existentes em suas carreiras. De início, estabeleceu-se um termo de consentimento para garantir a segurança e privacidade de todos, cujas respostas obtidas permaneceram anônimas durante a pesquisa.

Os questionários, estruturados de forma mista, possuíram 28 perguntas cada, sendo 14 quantitativas (idade, escolaridade, categoria, salário, entre outros), 8 qualitativas (avaliação em escala), e 6 referentes à vivência no contexto esportivo (rotina de treinos, possíveis situações de assédio e/ou invasão de privacidade). Por fim, os questionários foram respondidos pela maioria dos participantes, tendo apenas 1 recusa no masculino e 1 recusa no feminino, o que não modifica a relevância dos dados coletados.

Resultados e discussão

Tabela 1- Remuneração e escolaridade dos (as) atletas, segundo o gênero

VARIÁVEIS	TOTAL (%)	HOMENS (%)	MULHERES (%)
Remuneração como atleta			
Nenhuma remuneração	13,5	5,3	21,1
Menor que R\$: 1000,00	7,9	10,5	5,3
R\$:1000,00 - R\$:2000,00	23,7	21,1	26,3
R\$2000,00 - R\$:4000,00	28,9	31,6	26,3
R\$:4000,00 - R\$:8000,00	13,2	21,2	5,3
Maior que R\$:8000,00	13,2	10,5	15,8
Escolaridade			
Ensino Médio Incompleto	2,6	5,3	5,3
Ensino Médio Completo	34,2	47,4	21,1
Graduação Incompleta	21,1	21,1	15,8
Graduação Completa	21,1	26,3	15,8
Pós-Graduação Incompleta	15,8	0	31,6
Pós-Graduação Completa	5,3	0	10,5

No que se refere às diferenças salariais, a Tabela 1 mostra que 52,8% dos homens recebem entre R\$2000,00 a R\$8000,00, enquanto apenas 31,6% das mulheres encontram-se na mesma situação. Curiosamente, as mulheres apresentaram uma ligeira vantagem nos salários acima de R\$8000,00, pois são 15,8% frente a 10,5% dos homens. Ainda assim, impressiona o fato de que, embora estejam entre as mais bem ranqueadas do Brasil, 21,1% delas não possuem nenhum retorno financeiro como atleta. De modo geral, é evidente que o gênero masculino possui uma média salarial superior ao gênero feminino, o que certamente influencia na manutenção das carreiras esportivas.

Não se trata de um problema exclusivo do tênis de mesa, pois, segundo a pesquisa de Capitanio (2010), atletas do gênero feminino inseridas no handebol também dizem ganhar menos do que atletas do gênero masculino, mesmo quando têm mais possibilidades de conquistar títulos internacionais. A única exceção encontrada pela autora foi o voleibol, no qual as mulheres, em alguns casos, chegam a ter um reconhecimento financeiro superior ao dos homens.

Quando o tema é educação, sabe-se que, desde o censo demográfico brasileiro de 1991, o gênero feminino se encontra à frente do gênero masculino, com uma média superior de anos dedicados aos estudos (Blay; Avelar, 2019). A tabela 1 está de acordo com essa tendência, pois revela que, no subcampo do tênis de mesa, 57,9% das mulheres possuem formação de nível superior, enquanto os homens são apenas 26,3%. A hipótese por trás disso é que os homens conseguem prolongar suas carreiras esportivas graças às condições mais favoráveis, enquanto as mulheres, em desvantagem, precisam buscar alternativas extras. O mesmo cenário se repete na pós-graduação, com diferença ainda maior: 42,1% de todas as atletas do gênero feminino optaram por dar continuidade aos estudos, enquanto nenhum atleta do gênero masculino seguiu pelo mesmo caminho.

Utilizando como referência a pesquisa de Galatti *et al.* (2021) que investigou a LBF (Liga de Basquete Feminino), é possível traçar um comparativo entre o nível de escolaridade das atletas inseridas nessa modalidade e no tênis de mesa. Enquanto no primeiro caso 70% das mulheres com 18 a 24 anos e 88% com 25 anos ou mais chegaram ao ensino superior, no segundo caso, sem especificar a idade, o número é de 73,7%. Porém, a situação é bem diferente no que se refere à pós-graduação, visto que, de acordo com a mesma pesquisa, apenas 10,3% das mulheres inseridas no basquetebol deram continuidade aos estudos após a faculdade. De todo modo, em ambos os casos as atletas estão acima da média estabelecida pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio de 2018 (PNAD, 2019).

Tabela 2 - Carreira esportiva dos(as) atletas, segundo gênero

VARIÁVEIS	HOMENS (%)		MULHERES (%)	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Carreira esportiva				

Você possui uma carreira esportiva com dedicação integral ao tênis de mesa, sem profissões paralelas?	68,4	31,6	47,4	52,6
Você possui patrocinador privado?	42,1	57,9	36,8	63,2
Você consegue sustentar a carreira esportiva apenas com a remuneração de atleta?	47,4	52,6	26,3	73,7
Você já participou de treinamentos no exterior?	89,5	10,5	73,7	26,3

De acordo com a Tabela 2, uma quantidade considerável das atletas recorre a remunerações secundárias para complementar sua renda, logo, elas despendem tempo com profissões que não necessariamente estão relacionadas ao tênis de mesa. Claro, trata-se de um problema que também abrange os homens, mas se sobressai com larga vantagem entre as mulheres. Vale dizer que realidade semelhante é encontrada até mesmo no futebol, pois, segundo Anjos et al. (2018), atletas do gênero feminino com passagem pela seleção brasileira e/ou clubes premiados do estado de São Paulo tiveram que investir em negócios fora da área esportiva enquanto ainda atuavam dentro dos gramados.

Diante dessas informações, conclui-se que parte considerável das mulheres brasileiras não consegue se manter economicamente na carreira de atleta, inclusive em modalidades consideradas tradicionais. O exemplo do tênis de mesa neste trabalho apenas reforça o imperativo das dificuldades salariais que permeiam o campo esportivo.

Corroborando com os resultados anteriores, a Tabela 2 também mostra que as mulheres possuem menos oportunidades para alavancar suas carreiras esportivas no tênis de mesa. 36,8% delas dizem possuir patrocinador privado, frente a 42,1% dos homens. Apesar da diferença não ser acentuada, cabe ressaltar que a atenção dada aos gêneros pela mídia é desproporcional. O esporte feminino possui menos visibilidade, portanto, as mulheres costumam ter mais dificuldades para angariar patrocinadores. As oportunidades também são diferentes na esfera dos aprimoramentos técnico e tático, essenciais para atletas inseridos no alto rendimento. Observamos que, quando comparadas aos homens (89,5%), as mulheres viajam menos para treinamentos no exterior (73,7%). De acordo com Oliveira e Teixeira (2009), a desvantagem em ambos os casos analisados perpetua a desigualdade de gênero.

Tabela 3 - Experiências e percepções dos(as) atletas, segundo gênero

VARIÁVEIS	HOMENS (%)		MULHERES (%)	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Percepções				
Durante a rotina do esporte (treinamentos e competições), já sofreu algum tipo de assédio?	10,5	89,5	47,4	52,6

Você acredita que o gênero com o qual você se identifica influencia na continuidade da sua carreira esportiva?	42,1	57,9	63,2	36,8
Você acredita que existe desigualdade de gênero no tênis de mesa?	63,2	36,8	100	0
Você já se sentiu subestimado pelo treinador?	15,8	84,2	21,1	78,9
Você já se sentiu subestimado pelo parceiro de treino?	31,6	68,4	42,1	57,9

A Tabela 3 evidencia as diferentes experiências dos gêneros durante a rotina voltada ao tênis de mesa (treinamentos e competições). O número considerável de mulheres que já sofreram algum episódio de assédio (47,4%) diz muito sobre o campo esportivo. Em alguns casos, não se trata de uma violência simbólica, mas, sim, explícita, cujas consequências podem arruinar carreiras e provocar sérios traumas psicológicos. Em meio à hostilidade, observa-se que as mulheres não estão seguras nos espaços do tênis de mesa, o que levanta um alerta importante. Ainda assim, é provável que alguns episódios de assédio sejam subnotificados, visto que o machismo estrutural tende a naturalizar atitudes abusivas. O achado de que 36% dos homens não reconhecem a desigualdade de gênero no tênis de mesa corrobora com essa hipótese. Uma vez que a desproporcionalidade das relações de poder passa despercebida, o *status quo* permanece inalterável, sempre agindo em benefício dos homens e em detrimento das mulheres.

Como também aponta a Tabela 3, os gêneros apresentam diferentes percepções durante os treinamentos, pois as mulheres se sentem mais subestimadas do que os homens pelos treinadores e parceiros. Uma hipótese para isso consiste na falácia de que o gênero feminino é incapaz de desempenhar positivamente nas atividades que envolvem esforço físico rigoroso. Trata-se de uma construção social que, apesar de não possuir nenhuma evidência científica, continua associando às mulheres características como a delicadeza e fragilidade, tidas como incompatíveis às práticas esportivas. Por serem minoria no quadro de atletas do tênis de mesa, elas frequentemente treinam com parceiros homens. A subestimação ocorre, portanto, graças aos preconceitos relacionados ao gênero feminino, tradicionalmente recebido com certo desprezo pelo gênero masculino no campo esportivo.

Tabela 4 - Níveis de cobrança/confiança durante treinamentos e competições

VARIÁVEIS	TOTAL (%)	HOMENS (%)	MULHERES (%)
Cobrança em relação ao seu desempenho durante uma competição oficial	0	0	0
Nível 1 (muito baixo)	0	0	0

Nível 2 (baixo)	2,6	5,3	0
Nível 3 (moderado)	10,5	21,1	0
Nível 4 (alto)	36,8	42,1	31,6
Nível 5 (muito alto)	50	31,6	68,4
Cobrança em relação aos fatores externos			
Nível 1 (muito baixo)	7,9	10,5	5,3
Nível 2 (baixo)	21,1	21,1	21,1
Nível 3 (moderado)	34,2	47,4	21,1
Nível 4 (alto)	18,4	5,3	31,6
Nível 5 (muito alto)	18,4	15,8	21,1
Confiança para arriscar jogadas de habilidade durante o treinamento			
Nível 1 (muito baixo)	2,6	0	5,3
Nível 2 (baixo)	5,3	5,3	5,3
Nível 3 (moderado)	23,7	10,5	36,8
Nível 4 (alto)	31,6	36,8	26,3
Nível 5 (muito alto)	36,8	47,4	26,3

No que se refere às percepções dos gêneros em competições oficiais, a Tabela 4 mostra que 68,4% das mulheres sentem-se muito cobradas em relação ao seu desempenho, e 21,10% sentem-se muito cobradas em relação a fatores externos, números consideravelmente elevados quando comparados aos dos homens. Uma hipótese para isso é que, historicamente, o gênero feminino foi excluído do campo esportivo e teve seu protagonismo silenciado nos espaços dominados pela reprodução de masculinidades. Consequentemente, segundo Capitanio (2010), as mulheres continuam sentindo a necessidade de se imporem para conquistar direitos e superar preconceitos, condição que não se restringe ao subcampo do tênis de mesa.

Conforme atesta a Tabela 4, o gênero feminino também sente mais insegurança para arriscar jogadas de habilidade durante os treinamentos. Uma hipótese cabível para o entendimento dessa condição está na prevalência de homens atuando como treinadores, os quais, provavelmente, priorizam os valores androcêntricos que estipulam formas corporais padronizadas (Knijnik, 2010), desestimulando as mulheres em situações específicas.

De acordo com Nepomuceno e Monteiro (2019), ao analisar atletas de surfe, foi possível constatar que o medo incide de modo mais intenso sobre as mulheres, o que pode estar relacionado com a construção de uma cultura de “timidez” dos corpos femininos. Isto é, as mulheres têm, desde cedo, uma educação corporal na qual o acesso efetivo aos espaços de práticas esportivas é dificultado. Os mesmos autores também constataram que as manobras das mulheres no surfe são concebidas como inferiores ou sem qualidade técnica. Isso corrobora com a hipótese levantada acerca da insegurança em arriscar jogadas de habilidade no tênis de mesa, pois o gênero feminino enfrenta o desmerecimento quando tenta assumir desafios que fogem do padrão imposto de cima para baixo pelo gênero masculino. Obviamente, não se pode generalizar, mas é certo que atitudes sexistas fazem parte do cotidiano das atletas, tanto no surfe quanto no tênis de mesa, o que impacta diretamente nas suas percepções durante os treinamentos.

Sendo assim, apesar das características específicas de cada modalidade segundo a teoria bourdieusiana, as relações assimétricas entre homens e mulheres se repetem no campo esportivo, tornando-se comum parte do contexto geral. Por trás disso, estão construções sociais que se manifestam desde o ambiente familiar, marcando presença em toda a sociedade (Annunziato; Menon, 2011).

Considerações Finais

Para além dos números que revelaram oportunidades desiguais aos homens e mulheres, esta pesquisa trouxe uma importante contribuição ao mostrar que as carreiras esportivas do tênis de mesa brasileiro estão assimetricamente atreladas à necessidade de conciliar estudos, profissão secundária, treinamentos e competições. Como vimos, essas múltiplas jornadas são necessárias para compensar o amadorismo da modalidade, problema que também abrange os atletas do gênero masculino, mas se sobressai com larga vantagem entre as atletas do gênero feminino.

Logo, respondendo às perguntas levantadas na introdução, é possível afirmar que, mesmo diante dos avanços conquistados nos últimos anos, o subcampo do tênis de mesa brasileiro continua tendo como imperativo a desigualdade de gênero. Em todas as temáticas analisadas, as mulheres estão em desvantagem, enfrentando situações específicas que prejudicam suas carreiras esportivas.

Ademais, os resultados referentes às impressões dos gêneros durante treinamentos e competições revelaram que as mulheres também enfrentam barreiras psicológicas ao ocuparem espaços historicamente dominados por homens. Uma medida que pode transformar isso é a capacitação massiva de novas treinadoras, o que tornaria os espaços da modalidade mais receptivos e, consequentemente, alavancaria o desempenho das mesatenistas.

Esta pesquisa contou com alguns limites, como por exemplo, o aporte teórico sobre o tênis de mesa e outras modalidades olímpicas pouco disseminadas. Tal cenário traz à tona a necessidade de novas investigações que explorem caminhos semelhantes no esporte de alto rendimento. Além disso, cabe pontuar que, a atual pandemia do COVID-19 provavelmente acarretou cortes de salários e patrocinadores para alguns atletas, o que pode ter influenciado parcialmente as respostas obtidas.

Tomar conhecimento dos números a que chegamos é um primeiro passo para evidenciar a existência de sérios contrastes determinados pelo gênero, e despertar a reivindicação de transformações que promovam a equidade entre homens e mulheres no esporte contemporâneo. Sendo assim, esta pesquisa não visa apenas uma contribuição sociológica, mas, também, a conscientização de atletas, treinadores, dirigentes e federações esportivas.

Referências

- ALMEIDA, M. A. B. (Org). (2015). **Estudos interdisciplinares em sociologia do esporte: II Encontro Paulista de Sociologia do Esporte**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2015.
- ALMEIDA, M. A. B; FREITAS, G. (2020). Impactos psicossociais e econômicos em atletas e treinadores olímpicos/paraolímpicos de modalidades aquáticas devido ao COVID-19: percepções, discursos e perspectivas. **Motrivivência**, v. 32, p. 01–17
- ANNUNZIATO, F; MENON, L. (2011). Reflexões acerca do papel da mulher na liderança esportiva. **EFD deportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 15, Nº 154
- ASSUMPÇÃO, L. O. T; SAMPAIO, T. M. V; CAETANO, J. N. N. (2011). TEMAS E QUESTÕES FUNDAMENTAIS NA SOCIOLOGIA DO ESPORTE. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 18, n. 2, p. 92–99
- BLAY, E. A; AVELAR, L. (2017). **50 anos de feminismo**: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: EUSP, Fapesp
- BOURDIEU, P. (2007). **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- BRASIL perde hegemonia no tênis de mesa masculino por equipes no pan. **Lance!**, 2019. Disponível em:<<https://www.lance.com.br/mais-esportes/pan-2019/brasil-perde-hegemonia-tenis-mesa-masculino-por-equipe-pan.html>>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BRASIL. Decreto-lei nº 3199, de 14 de abril de 1941. **Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país**. LEX, Leg. Fed, 1941, pág. 21. Disponível em:<<http://cev.org.br/biblioteca/deliberacao-n-7-2-agosto-1965/>>. Acesso em: 07 de jan. de 2021.
- CAPITANIO, A. M. (2010). Autopercepções de desigualdades de atletas mulheres. Laboratório de Estudos Contemporâneos. **Revista eletrônica Polêm!ca**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 70 – 83
- CASTRO, P. H. Z.; GARCIA, R. M; PEREIRA, E. G. B. (2020). O voleibol e a participação de atletas trans: outro ponto de vista. Universidade Federal de Santa Catarina. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 32, n. 61, p. 01-22.

CBTM Brasil. (2017?). Histórico do Brasil. **CBTM**. Disponível em:<<https://www.cbtm.org.br/conteudo/detalhe/3>>. Acesso em: 19 de jan. de 2021.

CBTM Brasil. (2020). Linha do Tempo Brasil. CBTM, [2020?]. Disponível em:<<https://www.cbtm.org.br/conteudo/detalhe/4/linha-do-tempo-brasil>>. Acesso em: 19 de jan. de 2021.

CHAVES, L. (2019) Após prata no Pan, tênis de mesa feminino quer se garantir em Tóquio. **Agência Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2019-09/apos-prata-no-pan-tenis-de-mesa-feminino-quer-se-garantir-em-toquio>>. Acesso em: 26 de jan. de 2021.

CONNELL, R. W. (1995). Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.2, n.20, p.185-206

DACOSTA, L (ORG.). (2006). ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: **CONFEF**. Disponível em:<<http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/59.pdf>>. Acesso em: 10 de fev. de 2020.

DACOSTA, L. (2006). Cenário de tendências gerais dos esportes e atividades físicas no Brasil. **Atlas do Esporte no Brasil**, 2006. Disponível em: <<http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/173.pdf>>. Acesso em: 27 de jan. de 2021.

GALATTI, L. R; FILHO, C. V. M; SANTOS, Y. Y; WATONIKI, G; KORSAKAS, P; MERCADANTE, L. A (2021). Trajetória no basquetebol e perfil sociodemográfico de atletas brasileiras ao longo da carreira: um estudo com a Liga de Basquete Feminino (LBF). **Movimento** (Porto Alegre), v. 27, e27014.

GOELLNER, S. V. (2005). Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. UFG - Universidade Federal de Goiás. **Pensar a prática** V.8 n.1 revisada.p65, 2005. Disponível em:<<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/106/2275>>. Acesso em: 20 de mar. de 2021.

GOELLNER, S. V. (2007). Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. **Movimento**, Porto Alegre, v.13, n. 02, p.171-196.

GOELLNER, S. V. (2013). Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. **Tempo**, vol. 17, núm. 34, pp. 45-52, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

KNIJNIK, J. D. (2010). **Gênero e esporte**: masculinidade e feminilidades. Apicuri Editora. Rio de Janeiro, 2010

KURDOGLIAN, A. (1980). **Tênis de Mesa, Pingue-Pongue**: técnicas, regras comentadas, ilustrações. São Paulo: CIA. BRASIL Editora, [ca. 1980].

LAURETTI, P. (2018). Relatório inédito da ONU faz diagnóstico da prática de esportes no País com a contribuição de docentes da Unicamp. **UNICAMP**, Campinas, 2018. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2017/11/01/relatorio-inedito-da-onu-faz-diagnostico-da-pratica-de-esportes-no-pais-com>>. Acesso em: 09 de jan. de 2021.

LOPES, L. (2019). Mulheres passaram 40 anos proibidas por lei de jogar futebol no Brasil. **Jornal da USP**, Editorias- Ciências Humanas, São Paulo, 2019. Disponível

em:<<https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/mulheres-passaram-40-anos-sem-poder-jogar-futebol-no-brasil/>>. Acesso em: 08 de maio. de 2021

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B. (2008). A transição do esporte moderno para o esporte contemporâneo: tendência de mercantilização a partir do final da guerra fria. **Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas**. Paraná, 2008. Disponível em:<<http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/a-transicao-esporte-moderno-para-o-esporte-contemporaneo-tendencia-mercantilizacao-partir-final-guerra-fria.pdf>>. Acesso em: 3 de nov. de 2020.

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B. (2012). Investigação sobre as configurações sociais do subcampo do esporte paralímpico no Brasil: os processos de classificação de atletas. **Revista da Educação Física / UEM**, v. 23, n. 4, p. 515–527

NASCIMENTO, S. (1998). **Cláudio Kano**: A trajetória de um campeão. São Paulo: Assaoka Design Editorial, 1998.

NEPOMUCENO, L. B; MONTEIRO, N (2019). Desigualdades de gênero no esporte: Narrativas Sobre o Lugar da Mulher no Surfe. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, Brasília, v.9, nº 2.

OLIVEIRA, G. A. S.; TEIXEIRA, A. P. O. (2009). Trilhando um novo caminho: a gestão esportiva, **in Gênero**, v. 10, n. 1. Niterói pp. 101-18.

OLIVEIRA, G.; CHEREM, E. H. L; TUBINO, M. J. G. (2008). A inserção histórica da mulher no esporte. **R. bras. Ci e Mov.** 2008; 16(2): 117-125

PIERRO, C. (2007). Mulher e esporte: uma perspectiva de compreensão dos desafios do Ironman. **Rev. bras. psicol. esporte** v.1 n.1

PNUD Brasil. (2017). **Movimento é Vida**: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas. Brasília: PNUD, 2017. Disponível em:<<https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/publicacoes/relatorio-nacional-desenvolvimento-humano-2017.pdf>>. Acesso em: 20 de mar. de 2020

RIBEIRO, B. Z.; FELIPE, M. R; SILVA, M. R; CALVO, A. P. C. (2013). Evolução histórica das mulheres nos Jogos Olímpicos. **EFD deportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires.

RUBIO, K.; VELOSO, R. (2019). As mulheres no esporte brasileiro: entre os campos de enfrentamento e a jornada heroica. **Revista USP**. São Paulo, n. 122, p. 49-62

SOUZA, J. S. S; KNIJNICK, J. D. (2007). A mulher invisível:gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. **Rev. bras. Educ. Fís. Esp.** São Paulo, v.21, n.1, p.35-48.

SOUZA, J.; JÚNIOR, W. M. (2010). Por uma gênese do campo da sociologia do esporte: cenários e perspectivas. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), v. 16, n. 2, p. 45–70

UOL Brasil. (2003). Seleção feminina de tênis de mesa consegue classificação para o Pan. **UOL**, 2003. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/tenisdemesa/ultimas/2003/04/07/ult810u71.jhtm>. Acesso em: 24 jan. 2021.